



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA

GABRIELE CARVALHO CARDOSO

Associações Agropecuárias e Políticas Públicas: um estudo de caso da
Associação Brasileira dos Produtores de Leite-ABRALEITE

PLANALTINA – DF

2021

GABRIELE CARVALHO CARDOSO

Associações Agropecuárias e Políticas Públicas: um estudo de caso da
Associação Brasileira dos Produtores de Leite-ABRALEITE.

Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão do
Agronegócio, como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientador (a): Luciana de Oliveira Miranda

Planaltina – DF

2021

Aos meus pais que nunca mediram esforços para me proporcionar a melhor educação possível, que sempre me incentivaram e me motivaram a lutar pelos meus sonhos. A vocês expresse minha eterna gratidão.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pelas bênçãos que me concede diariamente e por ter me concedido forças e condições de chegar até aqui.

Aos meus pais por toda dedicação e empenho em minha criação além do incentivo na minha formação, progresso e constante evolução como profissional e também como ser humano de bom caráter.

Ao meu irmão por me incentivar e mesmo que imperceptivelmente me tranquilizar nos momentos mais turbulentos.

Aos meus demais familiares pelo apoio e compreensão nos momentos em que precisei me ausentar para me dedicar aos estudos.

A minha orientadora, professora Luciana de Oliveira Miranda pela disponibilidade e sugestões que tanto agregaram à elaboração deste trabalho.

A todos os demais professores do curso de Gestão do Agronegócio do campus de Planaltina que com suas diversas metodologias e temas contribuíram para minha formação.

Ao Sr. Geraldo de Carvalho Borges e os demais diretores e associados da Associação Brasileira dos Produtores de Leite-ABRALEITE, por toda atenção, disponibilidade e me proporcionar tamanho aprendizado e experiência obtida na Associação.

A todos os amigos e colegas que estiveram presentes durante a graduação e me incentivaram no dia a dia. Em especial, Tamires Lunkes, Isabela Beltrão, Victor Serra, Raiane Vieira, Christyan Fernandes e Gabriel Hassan. Obrigada pelas risadas, pelos conselhos, pela paciência. Os nossos momentos foram únicos e maravilhosos, serei eternamente grata a Deus pela vida de cada um de vocês e cultivarei nossa amizade eternamente em meu coração.

A todos que acreditaram em mim e que de alguma forma contribuíram para que eu encontrasse forças para alcançar meus objetivos, dentre eles, a conclusão desta graduação.

RESUMO

O setor agrícola brasileiro está em constante aprimoramento e os investimentos em organização e otimização do processo produtivo de modo a aumentar a produtividade, não cessam. Atrelado a isto, está o processo de modernização da agropecuária que cada vez mais exige mais investimento e tecnificação. Além dos ganhos de escala e lucro líquido, as atividades desempenhadas no ambiente rural contribuem para o desenvolvimento econômico e social da população inserida neste contexto. No entanto, o Brasil possui uma realidade de desigualdade em diversos setores e que reflete principalmente na agropecuária. O setor agro é marcado pela diversidade seja referente aos aspectos naturais e biológicos, pelos aspectos organizacionais e técnicos das propriedades e do sistema de produção e até mesmo a disponibilidade de recursos estatais para o manejo da atividade. As políticas públicas no ramo do agronegócio devem desempenhar a função de desenvolver a atividade empregando-se condições específicas para cada contexto social. Um dos meios de impulsionar as ações do governo e equalizar este cenário, tornando assim a competição mais justa, consiste na vivência do associativismo que se caracteriza pela combinação de conhecimentos e forças a fim de alcançar um objetivo comum. Diante do exposto o estudo objetiva apresentar a trajetória do movimento associativista relacionando-o às políticas de fomento ao agronegócio. Do ponto de vista teórico, o estudo buscou apresentar considerações de diversos autores de modo a definir um consentimento para o conceito de associativismo e retratar a conjuntura deste movimento no agro brasileiro. O cooperativismo também foi abordado brevemente de modo a pontuar outras formas de associativismo que desempenham papel de mediador entre os agentes de uma cadeia em busca de benefícios mútuos. O terceiro ponto discutido a partir de análises documentais e materiais disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA (Plano Safra) demonstram o histórico de incentivos disponibilizados pelo governo federal. A análise dos dados consistiu em apresentar a realidade da Associação Brasileira dos Produtores de Leite-ABRALEITE, de modo a verificar a atuação dessa organização no cotidiano dos produtores representados pela mesma. A partir de informações obtidas junto aos associadas da entidade pesquisada, foi possível apontar pontos positivos e pontos de melhorias desta Associação que busca condições mais justas para a cadeia produtiva do leite, melhores condições de vida a todos que participam direta ou indiretamente desta cadeia além de reconhecimento e valorização do produto leite.

Palavras-chave: Associativismo. Políticas Públicas. Agropecuária. Pecuária de Leite.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. OBJETIVOS.....	9
1.1.1. Objetivo geral	9
1.1.2. Objetivos específicos	9
1.2. JUSTIFICATIVA.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1. Organizações associativas	11
2.1.1 Breve histórico e contexto geral.....	11
2.1.2. Associativismo agropecuário	14
2.1.3. Associativismo e cooperativismo.....	18
2.2. Associativismo e políticas públicas para o agronegócio.....	24
3. METODOLOGIA.....	30
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	33
4.1. Caracterização e histórico da ABRALEITE.....	33
4.1.1. Missão, visão e valores	37
4.2. Principais realizações em termos de políticas públicas.....	39
4.3. Panorama do quadro associativo da ABRALEITE.....	40
4.4. Propostas de melhorias	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6 REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE A.....	50
APÊNDICE B.....	51
APÊNDICE C.....	52

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, considerado popularmente como o celeiro do mundo, produz seis vezes mais que o necessário para abastecimento interno e os excedentes são comercializados com diversos países.

Diante de uma sociedade globalizada, com elevados números populacionais e demandas rigorosas referentes à qualidade e segurança dos alimentos, os produtores rurais brasileiros se apresentam com significativa competência na produção de alimentos, mas também com deficiências estruturais que inviabilizam a produção, a oferta de produtos exigidos pelo mercado consumidor e conseqüentemente a geração de renda.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) - que consiste na soma de todas as riquezas produzidas no país - apresentou queda de 4,1% referente a 2019, totalizando R\$ 7,4 trilhões, essa foi considerada a maior queda anual da série iniciada em 1996 e interrompeu o crescimento de três anos seguidos (2017 a 2019). O agronegócio brasileiro foi um dos poucos que apresentou alta no PIB do mencionado ano, a alta foi estimada em 2,0%. Ainda neste ano, o Valor Bruto da Produção agropecuária foi avaliado em R\$ 871,3 bilhões (maior série histórica desde 1989), gerou cerca de 61.637 vagas de empregos e apresentou recorde de US\$ 100,8 bilhões nas exportações (AGÊNCIA BRASIL, 2021), (FLORENTINO, 2021).

Mesmo com números expressivos que demonstram a dimensão da atividade agropecuária, ainda é possível pontuar várias deficiências que impactam negativamente na produção e produtividade, principalmente dos pequenos e médios produtores. Dentre as principais queixas, podemos destacar a ausência ou dificuldade em acessar programas e investimentos propostos pelo setor público e/ou privado, gargalos na logística, carências na infraestrutura dentro da porteira (insumos, maquinários e estruturas de armazenagem) e dificuldade em acessar conhecimentos e instrumentos tecnológicos.

Considerando a importância do setor agropecuário para a economia do país e para a qualidade de vida da população, o presente estudo analisa um grupo específico que está presente em diversos segmentos econômicos e sociais, e que é considerado imprescindível no contexto rural pois é responsável por empreender esforços em conjunto objetivando um resultado em comum. Essa união costuma ser decorrente da busca por forças capazes de enfrentar as barreiras do processo produtivo e dos mercados competitivos.

As associações rurais são consideradas práticas de solidariedade, e quando bem organizadas, possibilitam aos produtores rurais realizações nos âmbitos: social, fornecendo melhores condições de trabalho, estudo, lazer e cultura na comunidade; econômico, ao possibilitar aumento da renda, aumento da capacidade de aquisição de bens, insumos, máquinas e equipamentos, acesso a linhas de crédito; e político, ao fomentar o exercício da cidadania, a atuação participativa nos espaços de decisão pública como conselhos e câmaras municipais, programas governamentais e melhores relações com os poderes executivo, legislativo e judiciário. (SENAR, 2011)

Em sua maioria, as associações agropecuárias são compostas por pequenos e médios produtores. A elevada participação dessas classes se deve ao fato de tais produtores possuírem menores condições de infraestrutura e menores índices de participação em decisões públicas e programas governamentais. Logo, observamos que as associações agropecuárias existem de modo a influir nas demandas mais urgentes dos produtores que ficam às margens do processo produtivo e do mercado competitivo.

Diante do exposto, a pergunta que se apresenta é: como uma associação sem fins lucrativos consegue se consolidar como organização formal e desempenhar diariamente esforços em benefício de uma classe específica? Os trabalhos realizados por essas organizações de fato geram impactos e benefícios da forma que se propõem? E por fim, qual a concepção que o corpo associativo possui sobre essas organizações?

Estes são alguns dos questionamentos que este estudo se propõe a responder, e para isto, além desta introdução e das considerações finais, o estudo está organizado em quatro seções. Na primeira seção serão abordados,

respectivamente, o histórico e perfil das organizações associativas, o associativismo agropecuário no Brasil e a diferenciação entre associações e cooperativas. Na segunda seção será abordada a relação entre as associações rurais e as políticas de incentivo promovidas pelo Estado. Em seguida será apresentada a metodologia utilizada para coletar e analisar os dados da pesquisa. E por fim, na quarta seção, visando analisar um caso específico, será realizado um breve estudo da Associação Brasileira dos Produtores de Leite-ABRALEITE, entidade de representação a nível nacional da classe produtora de leite e derivados lácteos, e serão sugeridos alguns pontos de melhoria para o futuro da Associação a partir de questões apresentadas pelos próprios associados.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo geral

Analisar as realizações de uma associação de produtores com o intuito de constatar se os trabalhos efetuados por esta, buscam de fato realizar o que se propõem, apresentando a concepção que uma amostra de seus associados possui da mesma e propostas de melhoria que podem vir a agregar à Associação.

1.1.2. Objetivos específicos

- a) Caracterizar a estrutura organizacional da Associação Brasileira dos Produtores de Leite-ABRALEITE;
- b) Pontuar as principais contribuições da Associação para a cadeia produtiva do leite e para a classe que representa;
- c) Analisar a atuação da Associação Brasileira dos Produtores de Leite como entidade de representação da classe produtora de leite e defensora dos interesses desta classe;
- d) Apresentar possíveis pontos de melhorias baseando-se em sugestões propostas por uma amostra do quadro de associados.

1.2. JUSTIFICATIVA

No contexto de mercado globalizado, tecnologias em constante evolução, nações, segmentos produtivos e agentes interdependentes, algumas classes e causas são marginalizadas e se deparam com dificuldades em desenvolver a atividade produtiva o que implica posteriormente no bem-estar dos indivíduos. Diante deste cenário os indivíduos buscam alternativas capazes de propiciar um melhor cenário do setor produtivo e melhores condições de manter a atividade.

Para tanto, a literatura sugere alternativas baseadas em colaboração mútua em prol da defesa dos mesmos interesses e luta constante na representação desses interesses. Uma dessas alternativas é o associativismo, que se baseia nos princípios de democracia, livre e espontânea participação, e emprego de personalidades diversas, com conhecimentos e experiências e diversas, mas que atuam conjuntamente com foco no alcance de um objetivo que pode vir a beneficiar uma gama considerável de indivíduos.

Pautando-se no modelo associativista e principais desafios enfrentados no dia a dia das propriedades rurais produtoras de leite e derivados lácteos, o estudo busca analisar a participação de uma associação de produtores de leite com enfoque na missão que a mesma se propõe a cumprir e propor algumas melhorias baseadas na concepção e sugestões que uma amostra dos associados apresentou.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Organizações associativas

Nesta seção, serão apresentados apontamentos históricos-científicos referentes ao associativismo que favorecem a compreensão dos principais conceitos, tais como: associativismo agropecuário e a diferenciação entre associativismo e cooperativismo, bem como dados e panorama atual de modo a compreender o surgimento e relevância do tema.

2.1.1 Breve histórico e contexto geral

Desde os tempos mais remotos o sistema capitalista influencia as organizações a buscarem por desenvolvimento econômico e maximização de lucro, no entanto essa busca incansável gera uma competição constante que contribui para elevar a desigualdade entre classes e fortalecer o individualismo.

A produção de excedentes para abastecer o mencionado sistema econômico, que é baseado na acumulação de capital, acaba gerando implicações aos recursos ambientais ao desconsiderar sua finitude, e sociais ao desconsiderar princípios de suficiência, solidariedade e bem-estar social.

Para Araújo (2017, p.14), a competitividade forçada pelo capitalismo e sua lógica básica de funcionamento, caracterizada pela comercialização da mão de obra barata, é a principal responsável pelo individualismo de produtores e a desigualdade de classes, pois na ótica da autora, de um lado temos os ganhadores, grupo representado pelos chefes e patrões que detém os meios de produção, o capital, conhecimento e poder de barganha enquanto aqueles que estão do lado contrário – denominado pela autora como os perdedores – acumulam dívidas, desemprego, desinformação, alienação e concorrência desleal.

A mencionada concorrência desleal promove ainda dificuldades de acesso dos produtores aos programas e incentivos governamentais pois este

público costuma ser composto por pequenos produtores que possuem baixos índices de alfabetização e cultura da subordinação.

Diante deste cenário de elevada produção insustentável e concorrência desleal, Frantz (2012) aponta que cientistas de diversas áreas concordam que a alternativa mais viável para superar tais condições é incentivar a produção sustentável de modo que garanta o desenvolvimento econômico e também a qualidade de vida para a humanidade.

Sustentabilidade essa que remete tanto a aspectos ambientais como sociais, pois segundo Frantz (2012, p. 7), “cada vez mais, nossos espaços naturais e sociais de vida são interdependentes”, portanto, as organizações econômicas não devem se preocupar apenas com acumulação de capital, mas também com a fragilidade do individualismo, a finitude dos recursos naturais e o bem-estar social.

No que se refere a aspectos sociais e políticos, as organizações de menor porte geralmente são as mais prejudicadas pois não possuem participação ativa em decisões políticas. Diante deste cenário as organizações econômicas solidárias como associações e cooperativas, se apresentam como uma alternativa para enfrentar o processo de exclusão vivenciado, como mencionado anteriormente, pelas organizações de menor porte.

Silveira et al (1999) consideram que “as manifestações coletivas na forma de associações organizadas [...] tornaram-se um instrumento político privilegiado para expressar o protesto e encaminhar demandas”, e completam defendendo que “a ação coletiva é tida como resposta à uma situação em que a ação individual não fornece resultado satisfatório”, ou seja, o papel das associações é representar os interesses de um grupo de indivíduos que, quando sozinhos, não possuem capacidade de lidar com as condições impostas por órgãos públicos e/ou agentes de mercado.

Segundo Ganança (2006, p.15), uma organização associativa civil desempenha seu papel quando garante a participação política de diversos indivíduos transcrevendo-os como um só, de modo a evitar o excesso de demandas e pressões. Nas palavras do autor, "ele – o associativismo - teria uma

função essencial à manutenção e estabilidade do sistema político, ao possibilitar a agregação de interesses individuais e sua expressão na esfera pública”.

Logo, entende-se que seu objetivo é basicamente defender e reivindicar os interesses dos associados, intermediar negociações entre os agentes do setor, além de fomentar desenvolvimento técnico e social. Essas organizações devem existir de modo a acolher a necessidade individual e repercutir como uma necessidade coletiva visando proporcionar melhor qualidade de vida para os associados (FRANTZ, 2012).

Ganança (2006, p. 6) considera que este modelo de organização serve como um conciliador de interesses pois mesmo em uma sociedade democrática e “igualitária”, é comum os interesses individualistas prevalecerem. Este autor afirma que as associações são essenciais para garantir igualdade perante as condições impostas pelo poder público de forma a mitigar os impactos que estas podem vir a causar naqueles que possuem participação menos ativa e menor poder de concorrência.

Em termos gerais, as organizações associativas são responsáveis por intermediar as relações entre os indivíduos, Estado e mercado. Estudos mostram que, no Brasil, as primeiras organizações civis possuíam caráter unicamente religioso e somente a partir da década de 1970, como meio de responder aos desafios para desenvolvimento econômico, foi que as associações independentes começaram a surgir (ARAÚJO, TOLENTINO E THEOPHILO, 2009).

Mumic, Aguiar e Livramento (2015, p. 2017) reafirmam o surgimento das organizações associativas na década de 1980. Segundo os autores, foi neste período que o modelo associativo adquiriu visibilidade no território brasileiro, pois passaram a receber incentivos de legislações que reconheciam sua liberdade. Dentre elas, o Artigo 174, parágrafo 2 da Constituição Federal do Brasil de 1988 que afirma que “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”; e o artigo 5º, inciso XVIII da mesma, que defende que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

O termo associativismo pode ser compreendido em diversas entidades que operam de modo coletivo, como por exemplo em sindicatos, cooperativas e organizações não governamentais, no entanto, o presente estudo se baseia no conceito de associativismo como um movimento constituído pela união de pessoas a fim de alcançar um propósito comum de caráter assistencial, caritativo ou filantrópico, e que não vise lucro.

Atualmente, as associações são regidas pelo Código Civil - Lei nº 10.406 de 2002 – artigos 53 a 61, os quais definem associação “pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, onde não há entre os associados, direitos e obrigações recíprocos”, além de estabelecer a obrigatoriedade de um estatuto próprio que define demais condições para a constituição e funcionamento de tais organizações.

No ano de 2016, o Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia (IBGE) contabilizou a existência de cerca de 237 mil fundações associações sem fins lucrativos no território nacional, das quais, 6,2% são de cunho agropecuário/rural, objeto de estudo do presente artigo, e que serão melhor abordadas na seção seguinte.

2.1.2. Associativismo agropecuário

O contínuo aumento populacional demanda cada vez mais pela produção de alimentos. Pesquisas recentes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura-FAO (2017; 2021) apontaram que no ano de 2050 a população mundial será em torno de 9,8 bilhões de pessoas e que para alimentar estes indivíduos, será necessário aumentar a capacidade de produção de alimentos em 70%. As pesquisas apontaram ainda que cerca de 80% dos alimentos do mundo são produzidos por pequenos agricultores familiares, que geralmente possuem limitadas condições de produção, desvantagens no setor de processamento e comercialização, ou seja, são prejudicados em todos os elos da cadeia produtiva.

Em meio a um mercado repleto de multinacionais e latifundiários, os pequenos produtores se deparam com a necessidade de buscar métodos

alternativos que possibilitem a viabilização da atividade produtiva e conseqüentemente, gerem resultados que tornem possível ter uma boa qualidade de vida.

Bezerra e Duriguetto (2010, p. 72) consideram que o surgimento do associativismo foi uma consequência gerada a partir do processo de formação social desenvolvido pelo sistema capitalista. Segundo os autores, a modernização imposta por esse sistema consiste basicamente em dois fatores: acumulação e "recorrente exclusão da participação popular nos processos de decisão política".

No ambiente rural a necessidade dos produtores se unirem a associações é ainda mais evidente, pois essas organizações possibilitam aos produtores participação na tomada de decisões políticas, mais facilidade em contratar assistência técnica e em capacitar a equipe, maior poder de barganha frente ao mercado de insumos, processamento e comercialização.

As associações agropecuárias são responsáveis por fortalecer o produtor rural, auxiliando-o a enfrentar os desafios presentes na cadeia produtiva e possibilitam ainda a conexão entre cidadãos e Estado ao estabelecer uma relação efetiva no propósito de enfrentar as vulnerabilidades e problemas sociais.

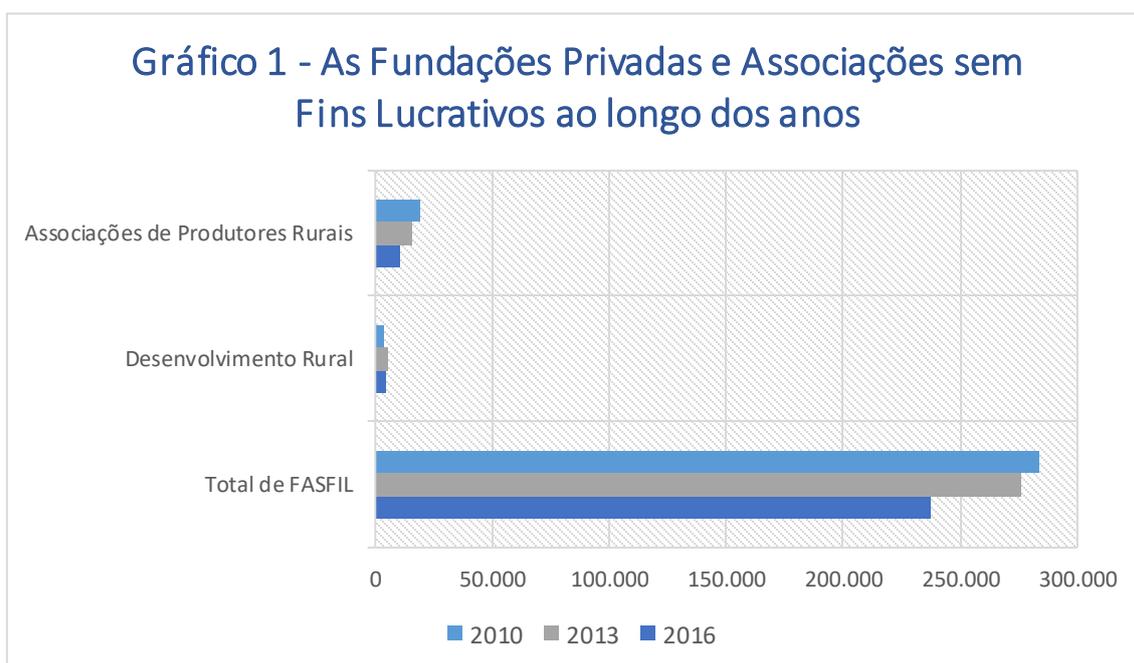
O movimento associativista rural se intensificou em meados dos anos 1980 em decorrência da crise econômica responsável por fragilizar o modelo cooperativista no qual produtores rurais estavam inseridos. A partir das fragilidades no funcionamento das cooperativas, das ausências de sua atuação e da necessidade em responder aos desafios do desenvolvimento social, os produtores rurais detectaram a necessidade de buscar um modelo alternativo para satisfazerem suas necessidades. Neste mesmo período, os estímulos governamentais se intensificaram e influenciaram a formação de associações por meio de políticas públicas e de uma rede institucional (FAGOTTI, 2017).

Com o decorrer dos anos, o número de organizações existentes sofreu constantes variações, bem como surgimento de categorias e subcategorias diversas no intuito de classificar as instituições. Devido à dimensão territorial do Brasil, dificuldades de acesso a tecnologias em algumas regiões e baixos níveis

de escolaridade, algumas instituições ainda permanecem sem cadastro em sistemas e órgãos que possibilitam contabilizar o número exato de instituições existentes ou categorizá-las conforme sua finalidade.

Mesmo com este tipo de barreira presente, entidades como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizam trabalhos contínuos de modo a apresentar dados seguros sobre as associações. No ano de 2016, o IBGE divulgou um estudo que considerou, no ano de 2010, a existência de 283.812 Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) das quais 18.983 eram associações de produtores rurais e 3.429 desenvolviam serviços em prol do desenvolvimento rural.

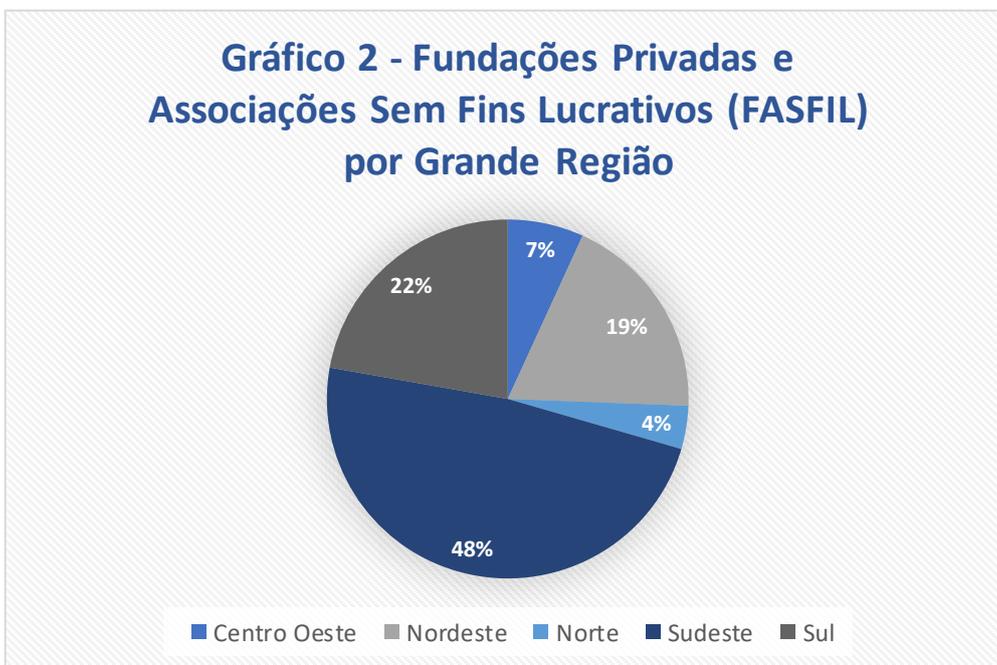
Para o ano de 2013 foram consideradas 275.662 FASFIL, onde 16.009 eram associações de produtores rurais e 5.534 de desenvolvimento rural. Em 2016 os números variaram para 236.950 FASFIL, das quais 10.373 são associações de produtores rurais e 4.291 desenvolvem serviços em prol do desenvolvimento rural. O Gráfico 1 ilustra a diferença no decorrer dos anos.



Fonte: IBGE (2016)

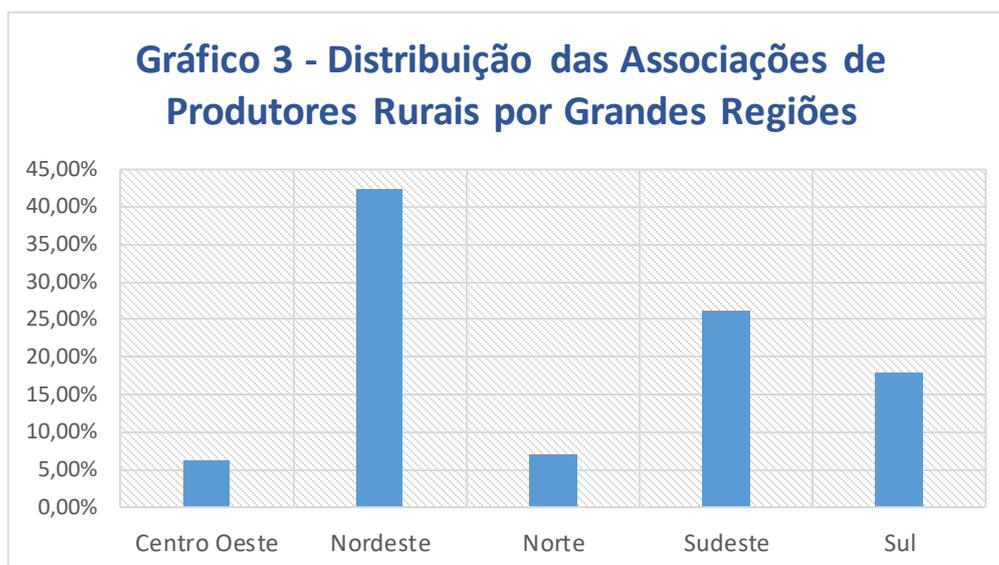
Considerando os dados mais recentes (IBGE, 2016), referente ao número de FASFIL por região do território nacional, o Sudeste apresentou o maior percentual de unidades, foram 48,3% do total, seguida da região Sul com

concentração de 22,2% unidades de FASFIL. O Nordeste foi apontado em terceira posição das grandes regiões com maior concentração, esta região apresentou 18,8% do total, seguida do Centro-oeste com 6,8% e por fim a região Norte com 3,9% (Gráfico 2).



Fonte: IBGE (2016)

O IBGE (2016) apresentou ainda dados referente a distribuição percentual das FASFIL por grandes regiões considerando a Classificação dos Objetivos das Instituições Sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias proposto pela Organização das Nações Unidas-ONU. Os resultados apresentaram que a região com maior número de associações de produtores rurais é o Nordeste com 42,4% do total, seguida do Sudeste com 26,3%, em terceira posição se encontra a região Sul com 18%, o Norte em quarto lugar com 7% e por fim o Centro-oeste com 6,3% do total (Gráfico 3).



Fonte: IBGE (2016)

Atualmente as organizações associativas não possuem um órgão regulamentador, apenas a Lei n.º 10.406/02, artigos 53 ao 60 do Novo Código Civil que define as normas relativas às associações de direito privado e as demais normas que forem estipuladas no estatuto social acordado em assembleia geral.

A próxima seção abordará algumas características intrínsecas às associações além de diferenciá-las das cooperativas, pois apesar das semelhanças, essas organizações operam e possuem finalidades divergentes.

2.1.3. Associativismo e cooperativismo

Como meio de tornar a atividade agrícola mais vantajosa, os pequenos e médios produtores passaram a se unir em organizações democráticas livres, pois em tais organizações conhecidas como associações e cooperativas, os produtores encontraram um meio de manter a autonomia de seu negócio e reivindicar políticas públicas que contribuem para o alcance de bons resultados da produção e para a qualidade de vida do produtor rural.

Araújo, Tolentino e Theophilo (2009) ressaltam que esses modelos de organização se intensificaram no Brasil a partir da década de 1970, pois a década anterior foi marcada pelo autoritarismo do Estado e incapacidade de

responder aos desafios para desenvolvimento da sociedade. A partir de então, consolidaram-se ações e organizações civis como meio de alavancar o desenvolvimento econômico, a democracia e as políticas de interesse público, redefinindo assim a relação entre Estado e sociedade.

Ambos os termos “são expressões do trabalho coletivo e tem por função principal possibilitar benefícios aos seus associados/cooperados” (Rego, 2019, p.68). Estes benefícios são consequentes de ações coletivas democráticas que contribuem para melhorar o processo produtivo ao viabilizar os meios necessários para tal.

No entanto, é essencial ter conhecimento de que, associativismo e cooperativismo, apesar das semelhanças e de serem usados como sinônimos, possuem conceitos e finalidades diferentes.

Segundo Múmic, Aguiar e Livramento (2015, p.9) associativismo:

É uma ferramenta imprescindível para que uma comunidade saia do anonimato e adquira maior alcance, social, político, financeiro e econômico. Quando as pessoas se unem em busca de melhores condições de vida para a comunidade, surge o associativismo.

O termo associativismo pode ser compreendido em sentido amplo como qualquer iniciativa que através da união de pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, objetivam a superação de barreiras e geração de benefícios aos associados. Ele pode ser considerado um segmento social que reafirma a existência de uma sociabilidade humana ao somar serviços, conhecimentos e ações (AMORIM E SILVA, 2015).

Já a associação, é uma entidade pública de direito privado, registrada em cartório e de personalidade jurídica constituída livremente pela união de duas ou mais pessoas que se unem para defender interesses em comum, sem fins lucrativos (MUMIC, AGUIAR E LIVRAMENTO, 2015). Esses interesses geralmente estão relacionados ao acesso dos produtores ao mercado de insumos e maquinários agrícolas, acesso a políticas públicas estatais e políticas e serviços assistenciais.

As associações podem ainda apresentar diferentes tipos que variam conforme seu foco de atuação. Cardoso (2014) apud Rego (2019) aponta as mais comuns no Brasil, são elas:

- Associações filantrópicas – que reúnem voluntários para a prestação de serviços assistenciais a crianças, idosos e pessoas carentes;
- Associações de pais e mestres – responsáveis por representar a comunidade escolar com foco em melhores condições de ensino e integração entre a escola e a comunidade;
- Associações em defesa da vida – que costumam ser organizações que defendem pessoas em condições marginais na sociedade ou que não estão em condições de superar suas próprias limitações;
- Associações culturais, desportivas e sociais – compostas por pessoas que possuem interesses no meio artístico, esportivo e na promoção de temas relacionados às artes e questões polêmicas da sociedade;
- Associações de consumidores – que promovem o fortalecimento dos consumidores frente aos comerciantes, à indústria e ao governo e;
- Associações de produtores - compostas por produtores rurais e artesãos que se organizam para realização de atividades produtivas e/ou defesa de interesses comuns e representação política do setor.

Há ainda a necessidade de compreender a diferença entre cooperativismo e o termo variante “cooperação”. Rego (2019, p. 62) ressalta que a concepção do conceito de cooperação se baseia no processo de “sociabilidade própria do homem enquanto um ser social”. Logo, é possível considerá-lo como qualquer ação pela qual indivíduos empreendem esforços mútuos e agem coletivamente em prol de determinado resultado.

Em relação ao termo cooperativismo, a Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB (2021), conceitua-o como um movimento social que torna possível a união do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, da produtividade e da sustentabilidade através da participação ativa, livre e igualitária dos cooperantes.

Por sua vez, segundo Memic, Aguiar e Livramento (2015, p. 9):

O cooperativismo pode ser compreendido como uma associação de pessoas que se unem voluntariamente para alcançar um objetivo em comum, por meio de uma organização administrada democraticamente, onde todos os cooperados contribuem com o mesmo valor, tem os mesmos direitos e deveres e assumem os ônus e os bônus do negócio.

Em se tratando de cooperativa, o termo remete a uma organização socioeconômica de caráter jurídico e organizada de forma democrática por no mínimo 20 pessoas que possuem objetivos econômicos similares. Ressalta-se aqui que a finalidade das cooperativas está atrelada a fins lucrativos. São organizações que, por meio do emprego de forças mútuas, desempenham uma atividade produtiva visando resultados financeiros que dificilmente seriam alcançados caso atuassem individualmente.

Como meio de facilitar a organização e representação do sistema cooperativista, a OCB, organizou as cooperativas em ramos conforme o trabalho que realizam. São eles:

- Agropecuário,
- Consumo,
- Crédito,
- Infraestrutura,
- Saúde,
- Trabalho, produção de bens e serviços e,
- Transporte (SENAR, 2019), (OCB, 2021).

Rego (2019, p.68) ressalta a importância de não ser desconsiderado que ambos os modelos e instituições "podem ser observados como bandeiras de luta da classe trabalhadora frente à exploração e aos desmandos do grande capital".

Em linhas gerais, a diferença entre associação e cooperativa se encontra no fato de associações não possuírem fins lucrativos enquanto as cooperativas operam processando, comercializando e fornecendo ônus e bônus aos cooperados conforme sua participação na entidade.

O Quadro 1 apresenta algumas semelhanças e diferenças entre essas organizações.

Quadro 1 - Semelhanças e diferenças entre associativismo e cooperativismo.

CARACTERÍSTICAS/ TIPO DE ORGANIZAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
DEFINIÇÃO	Organização sem fins	Organização de fins

	lucrativos e econômicos	econômicos e comerciais
FINALIDADE	Representar e defender os interesses dos associados bem como viabilizar assistência técnica, cultural e educativa.	Viabilizar assistência técnica, cultural e educativa bem como a compra e venda em comum e desenvolver atividades de produção, consumo, crédito e comercialização.
NÚMERO DE MEMBROS	No mínimo duas pessoas considerando número de membros suficiente para preencher os cargos de Diretoria e Conselho Fiscal.	No mínimo 20 pessoas.
REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA	Não há remuneração à Diretoria pelo exercício de suas funções, eles recebem apenas reembolsos das despesas realizadas para o desempenho de seus cargos.	A remuneração da Diretoria é definida na assembleia geral na forma de "pró labore".
DIREITO DE VOTO	Cada associado tem direito a um voto nas decisões em assembleia geral.	Cada associado tem direito a um voto nas decisões em assembleia geral.
RECEITA	É composta pelas contribuições dos associados, taxas, doações, fundos e reservas.	É composta pelas taxas de serviços sobre as operações dos cooperados.
CAPITAL E PATRIMÔNIO	Não há capital social.	O capital social é formado por quotas partes.
SISTEMA REPRESENTATIVO	Em âmbito estadual é representada por federações e em âmbito federal é	Em âmbito estadual é representada pela organização das cooperativas

	representada por confederações.	regionais e em âmbito nacional é representada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
RESULTADOS FINANCEIROS	As possíveis sobras das operações financeiras não são distribuídas aos associados nem à Diretoria, esses recursos são aplicados na própria entidade.	Em assembleia geral é decidido a divisão das sobras conforme o volume de negócios do cooperado com a cooperativa. É obrigatório a destinação de 10% para o fundo de reserva e 5% para o fundo educacional e social.

Fonte: SENAR (2011).

São notáveis as semelhanças e esforços desempenhados por ambas as modalidades de organização solidária. Em 2016, O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) considerou a existência de 19.708 empreendimentos de economia solidária no país, das quais, 11.823 seriam associações e 1.740 cooperativas. As demais são caracterizadas como grupos informais (5.973) e sociedades mercantis (127).

Atualmente, no Brasil, são cerca de 5.314 cooperativas atuando em prol do desenvolvimento das suas atividades e do progresso econômico e social. Estima-se que essas organizações empregam 427 mil pessoas em seus diversos ramos, sendo o agropecuário o que apresenta maiores números de entidades, associados e indivíduos empregados. São 1.223 cooperativas agropecuárias, com mais de 992 mil cooperados e empregando mais de 207 mil pessoas (OCB, 2021).

Araújo, Tolentino e Theophilo (2009) consideram que a participação da comunidade nessas entidades é de suma importância para o desenvolvimento local, pois as diferentes concepções de realidade tendem a agregar ao desempenho das entidades bem como capacitar os participantes na tomada de

decisão, estabelecer vínculos mais firmes entre a sociedade, o mercado (iniciativa privada) e o Estado (iniciativa pública) e promover a geração de emprego, renda e assistencialismo.

No entanto, cabe ressaltar que para o sucesso de uma organização não basta unir pessoas que buscam objetivos similares. O bom desempenho de uma associação ou de uma cooperativa depende essencialmente do planejamento e gestão político-administrativa da entidade.

2.2. Associativismo e políticas públicas para o agronegócio

No Brasil, as classes mais baixas sempre vivenciaram um cenário de luta por políticas voltadas para o desenvolvimento desse público e no campo não foi diferente.

Bezerra e Duriguetto (2010) ressaltam que as associações e outras formas de organização democrática surgiram em resposta a necessidade de políticas econômicas e assistenciais capazes de "organizar, racionalizar e regulamentar a relação público/privado" e são segmentos (econômico e assistencial) que não se excluem, mas articulam entre si e se complementam.

No período em que estava instaurada a ditadura militar no Brasil, a agricultura apresentava necessidade de ter suas tecnologias modernizadas como meio de "cumprir suas funções no desenvolvimento econômico do País" (GRISA E SCHNEIDER, 2014, p.113). Os autores apontam ainda que essa "industrialização da agricultura", por cerca de 20 anos, foi realizada por ações do Estado que predominavam em:

Um conjunto de ações e políticas públicas, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento de infraestruturas (GRISA E SCHNEIDER, 2014, p.113).

E completam ressaltando que essas ações apresentaram:

Um caráter triplamente seletivo, beneficiando principalmente os médios e os grandes agricultores, localizados nas regiões Sul e Sudeste, produtores de produtos direcionados à exportação ou de interesses de grupos agroindustriais. (GRISA E SCHNEIDER, 2014, p.113)

Segundo Leite e Júnior (2014), na década de 1970 as políticas se concentravam em financiamentos onde o acesso era predominante por proprietários de terras. A intensificação do acesso por ocupantes, parceiros e arrendatários ocorreu, consideravelmente, nos anos seguintes após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) que passou a enquadrar essas categorias como agricultura familiar. Nota-se que apesar de já existirem políticas de fomento ao agronegócio, eram políticas acessadas por uma pequena parcela do setor, em sua maioria, latifundiários exportadores de *commodities* e grandes entidades representantes do setor.

Os pequenos produtores rurais, segundo Araújo (2017), sempre estiveram às margens das ações do estado e só passaram a conquistar espaço de participação social e reconhecer seus direitos a partir da Constituição de 1988. Como meio de obter facilidades para acessar programas e projetos sociais, parcerias com governo e empresas privadas e créditos disponibilizados por incentivos governamentais e agentes financiadores, os pequenos produtores rurais passaram a se organizar em grupos e formar associações.

Dentre as políticas de reconhecimento e valorização do produtor rural podemos citar a criação da categoria social denominada "Agricultura Familiar" que estima-se ser a responsável por cerca de 70% da produção de alimentos no território nacional e que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990; também é válido considerar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 que viabilizou a elaboração de outras políticas com foco no desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, ministério esse que em 2016 foi extinto e teve suas competências transferidas para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República; e no ano de 2006 que foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar, que segundo Grisa e Schneider (2014, p.111) "reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social". Ainda segundo estes autores, o Brasil é frequentemente destacado por organizações internacionais multilaterais devido a estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar.

Leite e Junior (2014) consideram que diversos segmentos interferem na “dinâmica do agronegócio”, dentre eles, infraestrutura, ordenamento territorial, trabalhista, ambiental, científico e tecnológico, e para que seja viável o enriquecimento de qualquer que seja a atividade produtiva e da agropecuária brasileira como um todo, é essencial a concessão de crédito por parte do Estado como agente propulsor do desenvolvimento econômico e social.

Anualmente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulga o Plano Agrícola e Pecuário ou Plano Safra, que consiste em apresentar um conjunto de políticas públicas, linhas e programas de financiamento disponíveis para a safra do referido ano, bem como as alterações nas normas para a concessão de crédito rural e os recursos que serão alocados para este fim.

Atualmente, o Pronaf está entre as políticas públicas mais populares que tratam do beneficiamento do produtor rural e financiamentos destinados à propriedade e a produção.

Este programa foi instituído em junho de 1996 através do decreto presidencial n. 1.946 e possui a finalidade de promover o desenvolvimento rural sustentável através do fornecimento de créditos a baixo custo e da integração de grupos de agricultores familiares no intuito de conciliar estratégias e ampliar a capacidade produtiva, sendo então reconhecido como segmento gerador de emprego e renda (AQUINO E SCHNEIDER, 2011), (SILVA E SANTOS, 2018, P.161).

Segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES (2021), o Pronaf é bastante reconhecido pela concessão de crédito aos agricultores familiares e baseado no Plano Agrícola e Pecuário 2020/2021, foi estimado que cerca de 62 mil pessoas, físicas e jurídicas, foram beneficiadas com o crédito rural, o que em valores monetários, representou a alocação de cerca de R\$ 17 milhões aos produtores, cooperativas e empresas.

Como meio de categorizar o público beneficiado pelo Pronaf, bem como ampliar os investimentos em modernização, estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços realizados pelos

estabelecimentos rurais, foram criados subprogramas específicos para cada público. O Quadro 2 apresenta brevemente alguns desses subprogramas.

Quadro 2 - Subprogramas do Pronaf.

SUBPROGRAMA	DESCRIÇÃO
Pronaf Agroindústria	Financiamento destinado a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas e cooperativas, para investirem em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola.
Pronaf Agroecologia	Financiamento destinado a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.
Pronaf Bioeconomia	Financiamento destinado a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo.
Pronaf Mulher	Financiamento destinado à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.
Pronaf Mais Alimentos	Financiamento destinado a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas para investimento em sua estrutura de produção e serviços.
Pronaf jovem	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas para investimento nas atividades de produção, desde que os beneficiários estejam na faixa etária dos 16 aos 29 anos e alguns outros requisitos.
Pronaf Microcrédito (Grupo B)	Financiamento destinado aos agricultores e produtores rurais familiares que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil nos 12 meses de produção normal que

	antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf.
Pronaf Cotas-Partes	Financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Fonte: BNDES (2021).

Além do Pronaf, outros programas e linhas de créditos podem ser destacadas como fontes de financiamentos destinados às atividades relacionadas a agropecuária, como por exemplo o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro). A Tabela 1 demonstra alguns recursos programados para financiamentos dos programas mencionados para as safras 2019/2020 até 2011/2012 conforme divulgado no Plano Safra dos referidos anos.

Tabela 1 – Recursos programados (R\$ milhões) para investimentos agropecuários por programas e linhas conforme a safra.

Programa/Safra	ABC	Pronamp	Prodecoop	Procap-Agro
2011/2012	3.150	500	2.000	2.000
2013/2014	4.500	5.160	350	3.240
2015/2016	3.000	5.290	1.600	1.990
2017/2018	2.130	3.710	1.000	2.200

2019/2020

2.096

2.715

1.285

2.500

Fonte: Plano Agrícola e Pecuário de diversos anos (MAPA).

A política de crédito rural vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, porém ainda são muitos produtores que se deparam com barreiras para acessar essas políticas, dentre elas, burocracias excessivas para formalizar as operações, falta de apoio para elaboração de projetos, ausência de documentação, prazos de carência inadequados e elevadas taxas de juros (IPEA, 2016).

Os pequenos e médios produtores vivenciam essas dificuldades mais profundamente, logo o vínculo com uma associação se torna um meio viável para mudar este cenário de exclusão ao apresentar possibilidade de estabelecer relações de parceria e articulação com outros empreendimentos e agentes da cadeia produtiva e definir projetos estratégicos de produção, comercialização e qualificação profissional.

3. METODOLOGIA

O ser humano, por si próprio, é um ser curioso e está constantemente em busca de conhecimento. Por ocasiões, o conhecimento é adquirido imperceptivelmente por sensação, memória ou imaginação. No entanto, o presente estudo se baseia no conhecimento científico, que oposto ao conhecimento empírico, possui fundamentos em informações e fatos que foram comprovados através de análises e testes.

O conhecimento científico é obtido por métodos racionais e sistemáticos. Pereira et al. (2018) apontam como características do conhecimento científico: ser um acontecimento factual, real, que lida com ocorrências e fatos; contingente pois suas proposições e hipóteses surgem a partir de experimentações e não do senso comum; apresentam um conjunto de ideias organizadas de forma lógica e; a possibilidade de reavaliar as hipóteses que podem apresentar novos resultados dependendo do procedimento aplicado e das novas contestações que possam surgir.

Na expectativa de analisar a atual conjuntura do tema proposto, utilizou-se o método dedutivo e indutivo. O método dedutivo parte do princípio de observar os acontecimentos do passado e teorias generalistas para compreender um caso isolado e sua influência na sociedade em tempos atuais.

Não se buscam mais as causas absolutas ou a natureza íntima das coisas; ao contrário, procuram-se compreender as relações entre elas assim como a explicação dos acontecimentos, através da observação científica, aliada ao raciocínio. (PEREIRA ET AL., 2018, p. 25).

Este método foi considerado o mais adequado devido ao referencial teórico iniciar com um tema amplo, que apresenta o conceito do associativismo, histórico de surgimento e expansão no Brasil. Em seguida o referencial busca focar em uma única categoria do associativismo (associativismo agropecuário), e logo depois discorre sobre dois segmentos dessa categoria (associativismo e cooperativismo). Por fim, aborda a caracterização e realizações de uma associação sem fins lucrativos como meio de analisar a atuação desta entidade em prol da classe que representa.

Sobre o método indutivo, Rodrigues, Keppel e Cassol (2019, p.78) afirmam que esta abordagem “parte da análise individual de um fenômeno para fazer inferências de comportamentos ou experiências distribuídas em coletividades”. Relacionando ao presente estudo, o método se aplica ao considerar que o foco do estudo é um caso particular e que pode vir a gerar uma contribuição em sentido mais amplo.

A fim de proporcionar embasamento ao trabalho e investigar um tema específico, o presente estudo respalda-se em pesquisas bibliográficas e dados estatísticos (técnica documental). O intuito foi apresentar fundamentos histórico e científico para somente então, como observante não-participante, apresentar e analisar dados obtidos através de um questionário estruturado aplicado entre os associados de uma associação atualmente ativa em prol da classe produtora de lácteos.

Segundo Treinta et al. (2014, p.509), a pesquisa bibliográfica consiste na utilização de materiais já publicados com o intuito de situar o leitor na área de interesse com informações já documentadas ao mesmo tempo em que aponta as principais tendências referente ao tema.

Deste modo, o trabalho está caracterizado como uma pesquisa descritiva, ou seja, que possui como objetivo, descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda, estabelecer relações entre determinadas variáveis e também de caráter exploratório, pois buscou levantar informações sobre um determinado objeto.

Já a observação não-participante, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 193), consiste em o pesquisador presenciar o fato, mas não participar dele, executando assim apenas o papel de espectador. Os autores ressaltam que este tipo de pesquisa não desconsidera que seja uma análise consciente e ordenada para um determinado fim.

Quanto ao método utilizado para coleta de dados, de antemão, é necessário considerar alguns pontos. O primeiro deles é que a Internet tem se destacado como uma excelente ferramenta de comunicação pois é capaz de encurtar distâncias e simplificar processos ao possibilitar a constante troca de

informações em escala global e no tempo escolhido e/ou disponibilizado pelas pessoas.

O processo de pesquisa pode ser considerado como um meio de comunicação entre o pesquisador e o pesquisado. Logo, a Internet, como veículo de comunicação prático e ágil, se apresenta como a alternativa mais viável capaz de estabelecer uma comunicação eficiente entre esses indivíduos.

O outro ponto a ser considerado é que na Internet há incontáveis maneiras de se realizar a troca de informações e para a realização deste estudo, utilizou-se a ferramenta correio eletrônico, também conhecida como *e-mail*, pois esta ferramenta permite a comunicação através de mensagens de qualquer tamanho e formato (imagens, áudios, vídeos e arquivos de texto) em um curto período de tempo e independe da distância em que os indivíduos estejam localizados.

Utilizando-se dessas ferramentas (internet e *e-mail*) foi possível divulgar um questionário contendo cerca de 10 questões, para cerca de 40 associados da ABRALEITE, de modo a conhecer minimamente a concepção que os associados possuem da Associação. O emprego do questionário como instrumento de coleta de dados se deve a sua facilidade e agilidade em obter respostas mais precisas além de proporcionar “mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 201).

No que remete ao método de análise dos dados, o estudo foi configurado como uma pesquisa qualitativa, ou seja, nesta abordagem é necessário a interpretação dos dados coletados, que geralmente são descritivos e referem-se aos significados que as pessoas dão ao objeto de pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Por se tratar de um estudo descritivo e exploratório foi realizado um estudo na Associação Brasileira dos Produtores de Leite-ABRALEITE com o intuito de apresentar uma organização associativa sem fins lucrativos e observar como a teoria se faz na prática, ou seja, após diversas pesquisas sobre o tema associativismo e as diversas constatações impostas pelos autores, objetivou-se verificar em uma associação como os conceitos se aplicam e se de fato, a entidade promove o desenvolvimento da classe e bem estar dos associados através de políticas eficazes.

4.1. Caracterização e histórico da ABRALEITE

O leite e seus derivados estão presentes em praticamente todas as residências. São mais de 4 milhões de pessoas que trabalham direta e indiretamente nesta cadeia produtiva, no campo e na cidade para que o mercado permaneça abastecido e a população continue consumindo um alimento de qualidade (REZENDE, 2019).

Considerando que 98% dos municípios possuem propriedades produtoras de leite (CARVALHO, 2018), um núcleo inicial composto por 12 produtores de leite do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais promoveram a iniciativa de consolidar uma entidade capaz de representar os produtores de leite a nível nacional e defender os interesses da classe através do trabalho efetivo por políticas públicas junto ao executivo e ao legislativo de modo a propiciar um melhor cenário nacional para todos que trabalham na cadeia produtiva do leite.

Araújo, Tolentino e Theophilo (2009) consideram como organização formal aquela estabelecida formalmente com propósito e objetivos explícitos, e assim também foi considerado pelos 500 indivíduos, denominados sócios fundadores, que aderiram à esta ideia, e no segundo semestre de 2017 foi fundada a Associação Brasileira dos Produtores de Leite, inicialmente com a sigla ABPL, que logo foi substituída por ABRALEITE.

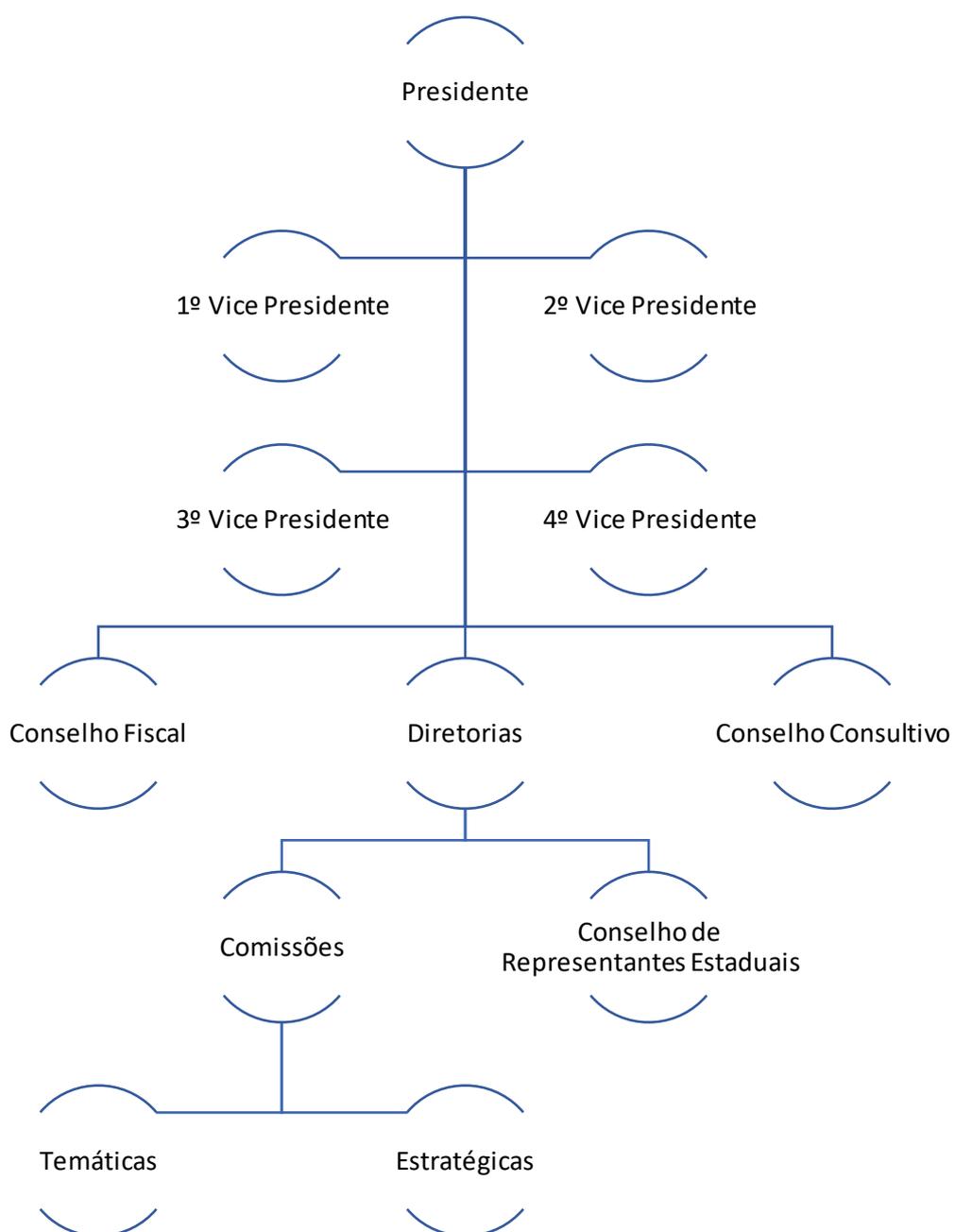
Atualmente, com 4 anos desde sua fundação, a ABRALEITE conta com um quadro associativo composto por milhares de pessoas (físicas e jurídicas) de todas as 27 unidades da federação. Dentre os associados, não há apenas só produtores de leite, mas também técnicos e estudantes das ciências agrárias, empresas, cooperativas, associações e federações.

Referente a diretoria, conforme o estatuto social da Associação, existe o cargo de presidente e vices, diretorias específicas para cada departamento e vices diretores respectivos. Além de um conselho consultivo e um conselho fiscal.

A sede da Associação está localizada na cidade de Brasília-DF como meio de possibilitar mais facilidade ao estabelecer contato com os poderes legislativo e executivo porém, por se tratar de uma entidade que atua em todo o território nacional, houve a necessidade de designar representantes para cada unidade federativa, deste modo, os produtores podem contar com o auxílio dos representantes do seu estado para enviar demandas e propostas.

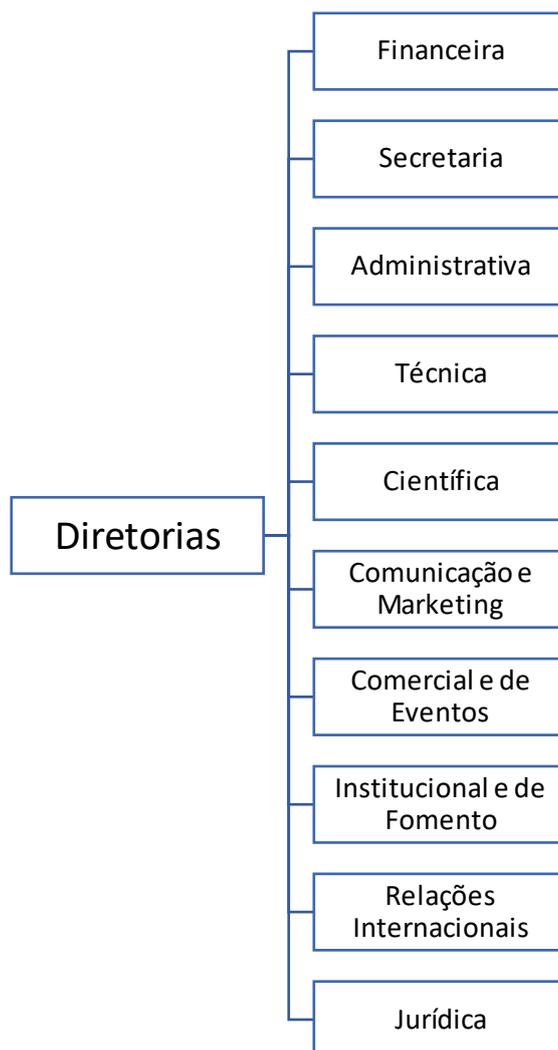
Há ainda comissões estratégicas criadas com o objetivo de atender a modelos de produção específicos, como por exemplo: leite A2, derivados lácteos artesanais, leite e derivados orgânicos. A Figura 2 ilustra como está organizada a administração e grupos de trabalho da ABRALEITE seguida pela Figura 3 que evidencia as dez diretorias da Associação.

Figura 2 - Organização hierárquica da ABRALEITE.



Fonte: Elaboração própria da autora.

Figura 3 – Diretorias da ABRALEITE.



Fonte: Elaboração própria da autora.

Por se tratar de uma associação sem fins lucrativos além de considerar sua recente consolidação, a entidade objetiva primordialmente a captação de associados e recursos financeiros, bem como melhorias constantes na administração e controle desses recursos que são provenientes de contribuições associativas, doações, patrocínios, convênios com entidades públicas ou privadas, subvenções, auxílios e recursos oriundos dos orçamentos da administração pública federal, estadual ou municipal.

A Associação possui, por ordem estatutária, o compromisso de atuar de forma transparente com os associados e para isto, é necessário documentar constantemente as ações da entidade, como por exemplo registro de reuniões, convocações, comunicados, registro e alterações em cadastros de associados,

e principalmente, movimentações financeiras e contábeis para prestar contas com os associados, auditorias e fiscalizações quando necessário.

4.1.1. Missão, visão e valores

As organizações, independentemente de seu caráter ou finalidade, buscam cada vez mais se aproximar dos consumidores, colaboradores e parceiros. Ofertar produtos e serviços de qualidade é o mínimo que se pode fazer para obter sucesso no negócio em que está inserido e como meio de garantir a otimização dos recursos e qualidade dos produtos e serviços ofertados, as organizações devem buscar investir na gestão de processos, (SENAR, 2019).

O SENAR (2019) reforça ainda que a gestão eficiente dos processos possibilita aos membros responsáveis pela organização melhor capacidade para planejar, dirigir, controlar e agir gerando assim bons resultados, ou seja, a organização possui maiores possibilidades de bom desempenho ao realizar planejamentos e controles internos.

Ao observar o ambiente organizacional e delimitar onde se pretende chegar e o caminho a ser realizado é possível aplicar estratégias que terão mais chances de sucesso.

O ato de definir a razão de ser da entidade, ou seja, sua missão, possibilita ter sempre claro o motivo pelo qual ela existe. Comin (2012, p.328) afirma que:

Podemos interpretar a missão como a linha mestre de atuação de uma empresa, a fim de que a mesma mantenha não apenas uma coerência com seus pressupostos de criação como possa se alinhar aos objetivos de atuação definidos.

A missão indica o norte de uma organização. Chiavenato (2020) vai além, e considera que a missão é o elemento que torna explícito as responsabilidades, pretensões e o papel da organização junto ao ambiente, bem como define o negócio e delimita o seu ambiente de atuação.

Após definir a missão de forma clara e objetiva, define-se onde se objetiva chegar ou seja, a visão da organização.

Comin (2012, p.329) compara a visão com uma meta que deve ser perseguida com afinco pelas pessoas que compõem a organização, no entanto, deve ser desconsideradas as questões temporais, pois metas são estipuladas para serem cumpridas em determinado prazo enquanto a visão de uma organização não se delimita em prazos aproximados.

Para facilitar a definição e compreensão da visão, deve-se considerar que sempre haverá algo a ser realizado para se alcançar o objetivo maior. De modo a completar este tripé, é essencial pontuar os meios que serão considerados para o alcance do objetivo principal da organização, isto é, definir os valores.

Os valores são as virtudes e princípios que darão embasamento às estratégias aplicadas para alcance da meta. São os aspectos nos quais se pautam o trabalho e devem explicitar o que a organização entende e considera dos mesmos (COMIN, 2012, p.330). Diante do exposto, a importância da definição destes elementos é notável e se deve ao fato de eles serem os responsáveis por nortear a organização e apresentarem a mesma ao público.

Na ABRALEITE, esse tripé não está bem definido, apenas a missão foi definida e localizada em arquivos de publicidade da entidade, porém poucos são os associados e diretores que possuem conhecimento a respeito. A visão e os valores da Associação até o presente momento não foram definidos pela entidade.

Missão

“Unir produtores de leite, criadores, técnico, empresas e entidades do setor.

Defender os produtores de leite, sobretudo quanto à obtenção de preços justos e estáveis dos seus produtos.

Cuidar de uma melhor legislação e das relações governamentais.

Promover o leite e seus derivados como alimento saudável ao ser humano.

Incentivar a produção e a produtividade, com tecnologia e qualidade visando, inclusive, a exportação.”

4.2. Principais realizações em termos de políticas públicas

Conforme já mencionado, a ABRALEITE é uma entidade relativamente nova, com 4 anos de fundação, mas que ainda assim já apresenta desempenho relevante nas conquistas da classe que defende. São associados e representados por ela, os pequenos, médios e grandes produtores de leite, independente do sistema de produção que utilizam e de ter ou não uma raça definida.

Dentre os principais trabalhos já realizados pela ABRALEITE, podemos citar os diversos momentos em que interveio nas negociações e prorrogações coletivas de dívidas de produtores de leite no período de dezembro de 2017 até o primeiro semestre de 2018 e atuação na suspensão de importações predatórias de leite em pó do Mercosul como meio de instigar a comercialização e consumo dos produtos produzidos internamente, alavancando desta forma a produção dos produtores de leite brasileiros.

Outras conquistas do setor lácteo que contaram com a colaboração da ABRALEITE foram: combate a propagandas agressivas contra o leite; atuação firme junto ao MAPA para proibição das renovações das instruções normativas que permitiam a reidratação e o reenvase de leite em pó; combate à fraude econômica ao realizar solicitações de investigação e atuação a indústrias que realizavam a adição de soro de leite no leite UHT; regulamentação do leite e derivados A2, orgânicos e artesanais e; renovação dos Convênios 100/97 e 52/91 junto aos secretários de fazenda e governadores das 27 unidades da federação, estes convênios referem-se a isenção de impostos sobre insumos e equipamentos utilizados no processo produtivo.

Além destes feitos a Associação também atua junto ao legislativo acompanhando a tramitação de 53 projetos de lei de interesse da classe produtora de leite na Câmara e no Senado. Até o presente momento, duas leis que contaram com a participação da ABRALEITE já foram sancionadas, são elas: Lei nº 13.680 de 2018 que trata do processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal (Selo Arte) e a Lei nº 13.789 de 2019 que dispõe sobre o limite de aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Constata-se que a participação da entidade tem produzido resultados positivos em tão curto prazo e estimasse que, ao manter este ritmo, mais benefícios serão gerados para todos aqueles que de forma direta ou indireta estão inseridos na cadeia produtiva do leite assim como serão promovidos o desenvolvimento regional e a economia do país.

No entanto há de se considerar algumas lacunas nas quais a Associação ainda se encontra ausente, como por exemplo, suporte aos associados que pretendem acessar programas e políticas de financiamento e custeio e melhorar a comunicação com produtores que se encontram em áreas mais isoladas e que são desfavorecidas de tecnologias que facilitam a comunicação.

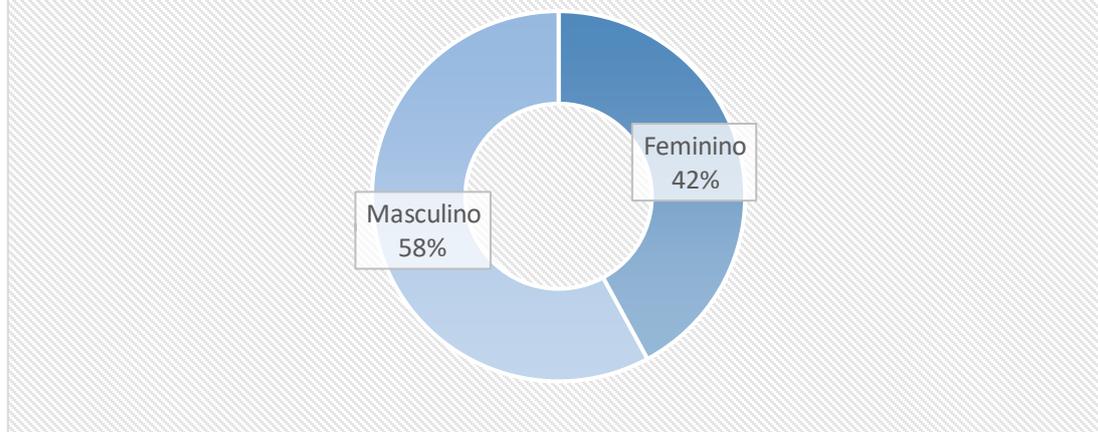
Estas e outras considerações foram apresentadas por associados que participam ativamente do dia a dia da entidade e serão abordadas nas próximas seções.

4.3 Panorama do quadro associativo da ABRALEITE

O método escolhido para analisar o perfil dos associados, bem como a concepção que possuem do associativismo e da ABRALEITE foi o emprego de um questionário à 40 associados e que obteve 50% de retorno devidamente respondido.

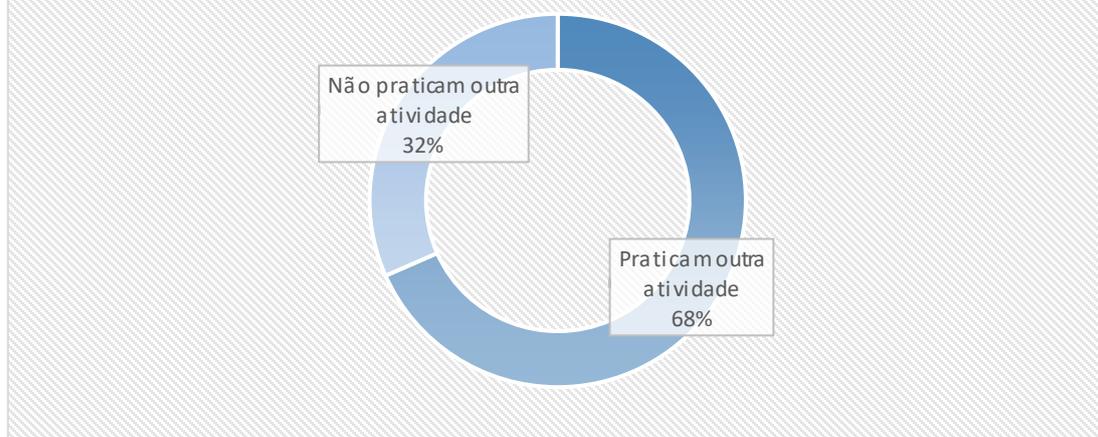
A partir da análise, observou-se a predominância de indivíduos do sexo masculino no quadro de associados da Associação. Do total de entrevistados, 57,8% correspondiam ao sexo masculino enquanto 42,1% são do sexo feminino (Gráfico 4). A pesquisa também apontou que a maioria dos produtores entrevistados (68,4%) praticam uma segunda atividade para obtenção de renda (Gráfico 5) devido aos altos custos de produção e desvalorização dos preços no mercado consumidor.

Gráfico 4 - Classificação da amostra entrevistada por sexo



Fonte: Dados coletados entre os associados da ABRALEITE, elaboração da autora.

Gráfico 5 - Produtores que praticam outra atividade econômica para obtenção de renda



Fonte: Dados coletados entre os associados da ABRALEITE, elaboração da autora.

Foi questionado a média de lucro que esses produtores obtêm a partir da atividade pecuária leiteira, porém por se tratar de uma Associação de ampla abrangência, a média percentual de lucro apresentou variância de 5% a 90%. A diferença entre esses valores pode ser baseada em diversos fatores, como por exemplo, a tecnologia e insumos empregados no processo produtivo, a área total utilizada para a atividade bem como a escala em que se produz e a mão de obra

utilizada, e a disponibilidade de recursos financeiros para investirem na atividade e reduzirem os custos de produção (GOMES E FILHO, 2007).

A pesquisa buscou ainda tomar conhecimento da concepção que os associados possuem sobre as organizações associativas de modo a verificar o porquê de participarem de tal organização. Os conceitos que foram atribuídos ao associativismo pelos associados entrevistados possuem várias semelhanças e ao sintetizá-los, constatou-se que todos descreveram o associativismo como uma importante forma de desenvolver a atividade e o setor como um todo baseando se em princípios de união, força e representatividade.

Ao reconhecer o associativismo como um método de defender e representar um setor e/ou uma classe, 78,9% dos entrevistados declararam participar de outras associações que possuem focos no setor agropecuário, dentre as mais citadas, estão associações de raças e espécies específicas. Além disto, a maior parcela destes indivíduos compõe o quadro associativo da ABRALEITE desde sua fundação no ano de 2017 (52,6%), demonstrando assim, reconhecimento e apoio aos serviços prestados pela Associação.

Tabela 2 – Associados da ABRALEITE por anos de filiação.

Anos de participação	Percentual em relação ao total (%)
1 ano	5,3
2 anos	15,8
3 anos	26,3
4 anos	52,6
Total	100

Fonte: Dados coletados entre os associados da ABRALEITE, elaboração da autora.

Conforme mencionado anteriormente, a ABRALEITE vem durante esses quatro anos buscando defender e representar a pecuária de leite e a classe produtora, no entanto há aspectos que precisam ser melhor trabalhados internamente para garantir a continuidade e sucesso da entidade. Ainda assim, 73,7% dos entrevistados declararam-se satisfeitos com o trabalho realizado pela ABRALEITE. A próxima seção apresentará os pontos a serem aperfeiçoados com base em apontamentos dos associados entrevistados.

4.4 Propostas de melhorias

A partir dos relatos coletados foi possível constatar que, apesar do curto período de atuação, a ABRALEITE vem concretizando ações que beneficiam os produtores de leite e estes demonstraram pleno reconhecimento destes feitos. No entanto houveram apontamentos considerados como pontos a serem aperfeiçoados pela Associação.

O mais citado e requerido pelos associados foram melhorias na comunicação interna (diretorias com os associados) e também na comunicação externa (associação com a sociedade). Segundo os mesmos, a necessidade de intensificar a comunicação interna se deve a gama de assuntos que são tratados no dia a dia da associação e que poderiam envolver diversos departamentos e serem melhor discutidos caso os métodos de comunicação fossem mais eficientes. Os relatos indicam que o pouco debate que vem ocorrendo se deve a urgência das demandas e dificuldade de alocação dos interessados, em outras palavras, ocasionalmente surgem temas que necessitam ser articulados entre as diretorias com urgência, mas as barreiras “tempo disponível e localização” dificultam e tardam essas reuniões.

Essas barreiras (tempo e localização) também interferem na articulação entre os representantes estaduais, pois cada região territorial possui um contexto, logo alguns assuntos demandam resoluções regionais enquanto outros possuem abrangência nacional e a comunicação nestes casos necessita de mais eficiência de modo a favorecer todos os envolvidos.

Referente a comunicação externa, foi apontada a necessidade de maiores investimentos no setor de marketing. Apesar de a ABRALEITE possuir redes sociais ativas, além de site e matérias divulgadas por terceiros (jornais, programas e revistas relacionadas ao agronegócio), há ainda um público considerável que não possui conhecimento do trabalho desempenhado pela Associação e da importância do setor lácteo.

Deste modo, propõe-se a busca por métodos alternativos que façam as notícias fluírem com mais agilidade entre a população, como por exemplo divulgações de boletins semanais ou mensais em uma linguagem que desperte o interesse do público produtor e consumidor que se encontram desprovidos de tais informações, bem como aqueles que se encontram em áreas mais isoladas e sem acesso a tecnologias e informações. Este trabalho de divulgação serviria como método de conscientizar toda a sociedade da importância do setor produtivo, do produto leite e dos seus derivados.

Outro ponto a ser melhor trabalhado pela ABRALEITE é a concretização de mais parcerias técnicas e assistenciais, comerciais e políticas que impulsionem o setor leiteiro e promovam benefícios aos produtores. As parcerias em assistência técnica seriam aproveitadas para orientar e capacitar produtores que apresentam baixos índices de produtividade e rentabilidade. As parcerias comerciais seriam responsáveis por incentivar a comercialização dos produtos produzidos pelos associados, elevando assim as vendas e lucros dos associados e por fim as parcerias políticas prestariam auxílios às demandas da classe junto aos órgãos públicos, agilizando assim políticas de interesse da cadeia que passam considerável tempo em discussão no legislativo.

O terceiro apontamento mais apresentado pelos associados consiste em intensificar a participação de algumas diretorias. Segundo os entrevistados, há situações em que as diretorias específicas não se impõem inteiramente no assunto, e assim, acabam se abstendo de maior reconhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda a pesquisa levantada, foi possível considerar a relevância das organizações associativas para o desenvolvimento de um setor. A ênfase concedida ao associativismo agropecuário tornou possível conhecer um pouco desse movimento que tanto tem atuado para a expansão da agropecuária brasileira, pois conforme investigado, estima-se atualmente a existência de mais de 10 mil associações operando em defesa dos produtores rurais.

A partir da análise da estrutura organizacional da ABRALEITE foi possível considerar que são muitos indivíduos operando conjuntamente, o que gera pontos positivos, pois são diversos conhecimentos, contextos e forças empregadas com foco em um objetivo. No entanto sugere-se que devido a amplitude e diversidade do corpo diretivo, deve-se gerir a entidade com cautela de modo a evitar o surgimento de dificuldades de alinhamento das ideias e dificuldades em obter consensos.

Conforme observado, até o presente momento esta diversidade não tem causado impactos negativos na atuação da entidade pois várias foram as conquistas obtidas, porém a comunicação tem se mostrado um ponto a ser melhor trabalhado para evitar o surgimento de dificuldades na tomada de decisão que promoverão a associação e o setor leiteiro.

Os aspectos que devem ser aperfeiçoados pela Associação também referem-se, a gestão da relação interna com o público de interesse, pois a ausência de comunicação tende a manter as realizações da entidade no anonimato elevando desta forma a possibilidade de o produto leite e os produtores não serem valorizados e conseqüentemente, prejudicando a economia.

Por fim, podemos concluir que, apesar dos pontos a serem melhorados pela ABRALEITE que foram sugeridos pelos associados, podemos considerar o desempenho desta associação satisfatório no campo de representatividade e defesa junto a outras organizações e órgãos públicos, incluindo na atuação junto às políticas de interesse do setor pois como investigado, há dezenas de projetos de lei ainda em tramitação e muito a conquistado pela cadeia produtiva do leite.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Economia. **Produção agropecuária de 2020 alcança R\$ 871 bilhões.** Brasília-DF. 2021. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/producao-agropecuaria-de-2020-alcanca-r-871-bilhoes>>. Acesso em: 13 mar 2021.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. **12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica.** Revista de Extensão e Estudos Rurais. v.1, n.2, p.309-347. 2011.

ARAÚJO, A. M. **Associativismo e políticas públicas no meio rural: um estudo de caso na associação dos criadores de caprinos de Sumé.** Monografia (Especialização em Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária). Universidade Federal de Campina Grande. Sumé-PB, 2017.

ARAÚJO, C. A. L; TOLENTINO, M. A.; THEOPHILO, C. R. **Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da região sul de Montes Claros-MG.** XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo, 2009.

BEZERRA, C. S.; DURIGUETTO, M. L. **Apontamentos acerca do associativismo brasileiro e de sua relação com as políticas sociais.** In: Sistema único de assistência social, organizações da sociedade civil e serviço social: uma análise da realidade de Juiz de fora. Juiz de Fora, UFJF. 2012.

BNDES - BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Crédito rural: desempenho operacional.** 2021. Disponível em:<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/agropecuaria/credito-rural-desempenho-operacional#modalCompartilhar>>; Acesso em: 19 mar 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília-DF.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União.** Título II, Capítulo II, Art. 53-61. Brasília-DF. 2002.

CARVALHO, M. P. **Quase todos os municípios produzem leite: mas será que isso é bom?.** MilkPoint. São Paulo, 2018. Disponível em:<[CHIAVENATO, I. **Planejamento estratégico: da intenção aos resultados.** Editora Manole. São Paulo, 2020.](https://www.milkpoint.com.br/colunas/marcelo-pereira-de-carvalho/quase-todos-os-municipios-produzem-leite-mas-sera-que-isso-e-bom-206425/#:~:text=Com%20efeito%2C%20dos%205570%20munic%C3%ADpios,conter%20mais%20de%20um%20munic%C3%ADpio).>. Acesso em: mai 2021.</p></div><div data-bbox=)

COMIN, F. S. **Missão, visão e valores como marcas do discurso nas organizações de trabalho.** PSICO. v.43, n.3, p. 325-333. Porto Alegre. 2012.

FAGOTTI, L. N. **Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista**. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão. Araraquara, v. 9, n.1 e 2. 2017.

FLORENTINO, J. Canal Rural. **Agropecuária tem a maior geração de empregos dos últimos 10 anos**. 2021. Disponível em:<>. Acesso em: abril 2021. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/agropecuaria-geracao-empregos/amp/>>. Acesso em: 13 mar 2021.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. UNIJUÍ. Rio Grande do Sul. 2012.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

GOMES, A. L; FILHO, J. B. S. F. **Economias de escala na produção de leite: uma análise dos estados de Rondônia, Tocantins e Rio de Janeiro**. Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 45, n.3. Brasília, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. S109-S130, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agência de notícias**. Estatísticas econômicas. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>>. Acesso em: 14 mar 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Estudos e Pesquisas - Informação Econômica, n. 32. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Relatório de Pesquisa. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília. 2016.

LEITE, S. P; JUNIOR, V. J. W. **Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural**. Revista Pós Ciências Sociais. V. 11, n. 22, 2014.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Safra 2011/2012**. Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Safra 2013/2014**. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Safra 2015/2016**. Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Safra 2017/2018**. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Safra 2019/2020**. Brasília, 2019.

MUMIC, B.; AGUIAR, K. A.; LIVRAMENTO, D. E. **A importância do associativismo na organização de produtores rurais**. Revista de Iniciação Científica da Libertas. São Sebastião do Paraíso, v. 5, n.1. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Números do cooperativismo**. Disponível em:<<https://www.ocb.org.br/numeros>>. Acesso em: 27 fev 2021

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Ramos do cooperativismo**. Disponível em:<<https://www.ocb.org.br/ramos>>. Acesso em: 27 fev 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. FAO no Brasil. **Pequenos agricultores familiares produzem mais de um terço dos alimentos no mundo**. 2021. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1397857/>>. Acesso em: mai 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. FAO no Brasil. **Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos**. 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/>>. Acesso em: mai 2021.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia de pesquisa científica**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018.

REGO, E. E. **A tecnificação do território no Cariri paraibano associada às políticas de estímulo a (re)pecuarização e a prática do cooperativismo agropecuário**. Tese (Pós-graduação em Geografia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2019. Disponível em: <>. Acesso em: 26 abril 2021.

REZENDE, M. **O leite, sua grandeza e a geração de emprego e renda**. Portal DBO. São Paulo, 2019. Disponível em:< <https://www.portaldbo.com.br/o-leite-e-sua-grandeza/>>. Acesso em: maio 2021.

RODRIGUES, T. T.; KEPPEL, M. F.; CASSOL, R. **O método indutivo e as abordagens quantitativa e qualitativa na investigação sobre a aprendizagem cartográfica de alunos surdos**. Revista de Estudos e

Pesquisas em Ensino de Geografia. v.6, n.9. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2019.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Associações rurais: práticas associativistas, características e formalização**. Coleção Senar, n. 153. Brasília, 2011.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Organizações coletivas no meio rural: associativismo e cooperativismo**. Coleção Senar, n.259. Brasília, 2019.

SILVA, F. F.; SANTOS, R. M. **Desenvolvimento rural e PRONAF: um estudo para os municípios mineiros**. Revista de geografia agrária. v.13, n.30, p.159-186. 2018.

SILVEIRA, P. R. C. et al. **A diversidade do associativismo na região do Corede-Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional**. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. 1999.

TREINTA, F. T. et al. **Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão**. Production. v.24, n. 3, p.508-520. Rio de Janeiro. 2014.

APÊNDICE A**Termo de confidencialidade**

Título do trabalho: Associações Agropecuárias e Políticas Públicas: um estudo de caso da Associação Brasileira dos Produtores de Leite-ABRALEITE.

Pesquisador responsável: Gabriele Carvalho Cardoso

Instituição/Departamento: Universidade de Brasília - Campus Planaltina - FUP/Graduação em Gestão do Agronegócio

Objetivo da entrevista: Levantamento de informações para fins de análise acadêmica

A pesquisadora do presente trabalho se compromete a preservar a privacidade dos indivíduos entrevistados e concorda igualmente, que as informações obtidas através de entrevista serão utilizadas única e exclusivamente para elaboração do presente estudo.

Brasília-DF, 20 de abril de 2021.

Gabriele Carvalho Cardoso
Pesquisadora responsável

APÊNDICE B

Roteiro para entrevista (aos associados)

- 1) Nome do entrevistado?
- 2) Cidade e estado onde reside?
- 3) Quais atividades agropecuárias exerce?
- 4) Prática outras atividades para obtenção de renda além das agropecuárias?
- 5) Se afirmativo, qual(is)?
- 6) Em média percentual, quanto de sua renda provém da atividade pecuária leiteira?
- 7) Qual é o conceito que possui sobre associativismo?
- 8) Participa de outra associação além da ABRALEITE? Qual(is)?
- 9) Há quanto tempo é associado à ABRALEITE?
- 10) Em uma escala de 1 a 5, onde 1 representa total insatisfação e 5 representa total satisfação, como o avalia o trabalho desempenhado pela ABRALEITE?
- 11) Em sua opinião, em quais aspectos a ABRALEITE pode melhorar?

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista (ao presidente da Associação)

- 1) O que motivou a criação da ABRALEITE?

- 2) Como estava composto o quadro de associados no momento de sua fundação e como está hoje?

- 3) No momento de fundação, quais eram os principais objetivos da Associação? E atualmente? O que mudou?

- 4) Em sua percepção, qual realização da ABRALEITE mais impactou no dia a dia dos produtores de leite e porquê?

- 5) Em uma escala de 1 a 5 onde 1 é muito ruim e 5 muito bom, como o Senhor considera o trabalho realizado pela ABRALEITE aos produtores de leite e derivados lácteos brasileiros até o presente momento? Justifique.

- 6) Quais são as principais motivações que o mantém trabalhando via associativismo?

- 7) Quais suas perspectivas para o setor produtivo leiteiro nacional?

- 8) Por favor, acrescente o que considerar importante destacar que não foi abordado acima.